



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/05/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública do ano de 2014, com a presença dos Srs. Vereadores: Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes. Essa audiência tem como objetivo cumprir disposto no Art.9º parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais para cada quadrimestres. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br link auditórios on-line.

Foram convidados para participar dessa audiência pública os Srs: Marcos Barra Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, representado neste ato, pelo Secretário Adjunto, Antonio Paulo Vogel de Medeiros; Edson Simões, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado neste ato, pelo Sr. Clausio Teixeira Tavares, agente de fiscalização.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Bom a todos. O Secretário Marcos Barra Cruz, realmente pede desculpas, não conseguiria estar aqui hoje às 9hs da manhã. Até tentamos, durante a semana, ver se conseguiríamos mudar para que ele pudesse estar aqui. Ele sempre está bem cedo, mas hoje coincidiu. Ele tinha um problema pessoal importante que precisava resolver, e ele pediu que eu participasse. Espero que eu possa atender a altura e o que não conseguir responder trago aqui em uma próxima oportunidade. Mas enfim, estamos à disposição e o Secretário estará aqui na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros, para cumprir, neste momento, dar início ao cumprimento do Art.9º parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Executivo.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – - Apresentação de *slide*.

Vamos começar pelas receitas, despesas e depois alguma coisa sobre o resultado primário nominal e dívida. Com relação às receitas, como slide apresentamos a receita corrente, estamos tendo um bom crescimento no começo desse ano, em torno de 7% nominal, então, em relação às receitas e principalmente como vou mostrar no próximo quadro as receitas arrecadadas pela própria Prefeitura do Município de São Paulo o jeito que a Prefeitura está indo bem. Com relação a receitas de capital, vamos mostrar, o crescimento poderia ser melhor, mas nós acreditamos que ao longo do ano será recomposto, vamos mostrar.

Com relação as receitas correntes. Receitas tributárias que são nossas próprias receitas arrecadadas, especialmente, ISS. IPTU vem crescendo em torno de 8,5%, um bom crescimento. Estamos tranquilos, confortáveis, em relação ao desempenho das receitas. As ações que temos realizado. Acreditamos que não apenas, isso reflete ao crescimento da economia, mas também reflete as ações que estamos fazendo dentro da Secretaria de Finanças para melhorar à arrecadação. A receita e contribuição, é diretamente relacionada a despesa de pessoal, porque são as contribuições, principalmente patronal e do servidor público e receitas de transferências que é o outro grande número, ele significa principalmente a transferência de ICMS e de IPVA.

A maior parcela da nossa arrecadação, diferente da maioria dos demais municípios, especialmente os grandes municípios é a arrecadação tributária própria. Temos praticamente, 50% da nossa receita de arrecadação tributária própria que depende da nossa máquina de arrecadação. Nesse slide que estamos apresentando, temos nossas principais receitas correntes. O IPTU, com crescimento de 4,6% nominal no ano. Esse percentual vai aumentar. Acreditamos que chega em torno de 7% ao final do ano. Os senhores se lembram de que o desconto à vista, reduzimos de 6% para 4%. Aconteceu um efeito que esperávamos que é uma diluição maior da arrecadação ao longo do ano, que também é algo satisfatório para nós, até porque casa com nosso fluxo de caixa. O ISS continua crescendo na faixa de 11%, está tendo um bom retorno. O ITBI, na faixa de 11% e o IPVA nos surpreendeu, positivamente, na

verdade, não foi exatamente uma surpresa, porque o efeito da base de cálculo do IPVA não teve um impacto tão negativo quanto teve de 2012, para 2013, que é o valor dos carros usados. Não houve nenhuma queda significativa e também a gente vem percebendo, desde três últimos meses de 2013, um crescimento e estão sendo registrados na Cidade de São Paulo mais veículos do que no restante do Estado, por conta da mudança dos critérios da inspeção veicular. A tendência que tinha sido invertida lá atrás estamos retomando o procedimento normal. Isso não quer dizer que estamos aumentando a quantidade carros na cidade. A quantidade de carros continua a mesma, o que estamos falando é que os carros agora estão voltando a se registrar em São Paulo.

O ICMS sem nos preocupa, é a nossa quarta parte da arrecadação estadual, como que diz respeito as ações do Município, não houve mudança. Não tivemos nenhuma mudança no critério de cálculo de repasse divisão do bolo entre os municípios. Esse ano não aconteceu isso. Realmente aqui tem duas coisas: primeiro um efeito estatístico que mexe em torno de 100 milhões de reais, que na última semana de dezembro de 2013 recebemos um repasse por conta do dia em que caiu, 31 de dezembro, recebemos 100 milhões de reais, que a gente receberia em janeiro de 2015. Esse é um pequeno impacto que muda um pouco. Mas não muda toda a história do ICMS. Efetivamente o que está acontecendo é o movimento da economia estadual. Então arrecadação do ICMS do estado não está sendo tão grande. Não está caindo. Está se mantendo instável. E tivemos o programa e parcelamento no passado também. Não está havendo um grande crescimento, mas isso é uma questão da economia. Não diria que seja uma questão do Estado. Realmente é a economia, isso todos os estados estão sofrendo. A arrecadação de ICMS de todos os estados está sofrendo. Isso tem saído em todos os jornais. Outro efeito, foi o parcelamento que o Estado fez ano passado o que aumentou a base de comparação com relação a 2014.

Receita de capital: Temos uma estimativa de que vamos conseguir bons recursos esse ano 2014, a despeito de que no primeiro quadrimestre, o resultado não foi tão bom

comparado com o resultado do ano anterior. Com relação as outras receitas de capital onde percebemos o maior impacto, o principal efeito é o efeito das outorgas onerosas. Ou seja, toda essa discussão que está sendo conduzida, bem conduzida na Câmara Municipal de São Paulo, é natural que o mercado entra num certo compasso de espera e aguarde o que acontecer. Acreditamos que arrecadação de outorga onerosa no ano de 2014, será superior a de 2013, mas por enquanto ela ainda está um pouco menor por conta ela ainda está um pouco menor dessa atitude de mercado. Esse é o principal efeito.

Despesas: Despesa corrente e despesa capital, estamos com um crescimento de 15% na despesa corrente e de 23% na despesa capital. Estamos conduzindo os investimentos que a Cidade de São Paulo precisa realizar. Tivemos alguns superávits ano passado, temos alguns recursos e estamos trabalhando com esses recursos e estamos permitindo que as obras aconteçam.

Despesa corrente: despesa corrente pessoal cresceu 9% nominal em 2014, pessoal ativo e 20% inativo. Efetivamente o inativo, a gente não consegue, simplesmente, pela gestão criar mudanças significativas no curto prazo. Pelo contrário. Qualquer ação que realizamos nesse momento como a segmentação de massa ou a previdência complementar, ou os dois casos combinados, isso tem um efeito no curto prazo negativo. Ele aumenta a despesa no curto prazo. No longo prazo ele soluciona, em 30, 40 anos, soluciona o problema, mas no curto ele tem impacto negativo. O crescimento de 20% negativo a gente atribui a questão da paridade, que reflete todos os aumentos nos ativos aos inativos e também a característica da nossa curva de idade dos servidores públicos que a tendência são as pessoas que se aposentarem e os que se aposentam são os que tem salários mais altos, pois estão em final de carreira.

Juros, encargos da dívida não tem muito que dizer. Está em linha. Continua crescendo normalmente conforme a dívida, vou falar no final e outra despesa corrente e vou detalhar no *slide* seguinte. Outras despesas correntes: foi o crescimento mais forte em torno de

20%, sendo puxado pela saúde. O que significa esse crescimento na Saúde? Expansão de serviços. Essa é a explicação do crescimento da despesa de saúde. Desses 500 milhões que cresceram no quadrimestre, metade disso, foi possível crescer com a expansão de arrecadação de recursos federais, ou seja, com adequação de programas e outras ações que estão sendo feitas na Secretaria de Saúde, estamos conseguindo receber mais recursos federais e com isso expandir o serviço à população paulistana. Esse é o principal item que temos. Caso os senhores queiram perguntar estarei à disposição para falar dos demais itens também.

Despesa de capital: tivemos no caso, de investimento, um bom crescimento, e no caso investimento, crescimento em obras. Estamos tranquilos. Acreditamos que os recursos federais vão entrar e vamos poder aumentar mais ainda ritmo desse crescimento. Por enquanto esse crescimento que estamos fazendo, conseguimos cobrir tranquilamente com recursos municipais.

Saldos restos a pagar. Carregamos ano passado em torno de 2.6 bilhões. Já realizamos 1.5 bilhões de pagamento, cancelamos 600 e sobraram 509, que serão pagos ao longo do ano.

Resultados: receita corrente, receita de capital. Realizamos aproximadamente, recebemos em torno de 14.6, bilhões de reais de receitas no primeiro quadrimestre e liquidamos 11.2 bilhões. Estamos tendo aqui um resultado de mais de 3 bilhões de reais nesse começo de ano. Esse resultado positivo é natural, arrecadação no começo do ano de uma Prefeitura é bem maior que no final do ano, então esse resultado tende a reduzir ao longo do ano.

Resultado primário. Fazendo os ajustes necessários nas contas para que você consiga tirar as despesas e receitas não primárias, estamos gerando resultado de 5 bilhões apesar da meta da LDO ser 2 milhões. No começo do ano a gente arrecada mais, esses resultados são um pouco turbinados no começo do ano, a tendência que isso se ajuste ao

longo do ano.

Resultado nominal. Por conta dessa maior arrecadação, e obviamente da maior quantidade de recursos em caixa, no começo do ano, a dinâmica normal da Prefeitura, o resultado nominal ele foi positivamente, influenciado nesse início de ano, então não há nenhum risco de não se cumprir a LDO. Aqui a informação está em forma e gráfico e a dívida.

Dívida. Estamos com uma dívida em torno de 67 bilhões de dívida líquida, com os senhores tem acompanhado todo o esforço que está sendo feito para renegociação da dívida no âmbito do Governo Federal, no Congresso Nacional. De fato, para gente é algo fundamental, não é para essa gestão, mas toda a Municipalidade, até porque o grande impacto não vai ocorrer agora. Os senhores sabem que o grande impacto vai ocorrer no começo de 2017, com a questão de... Vou mostrar o *slide* agora, esse gráfico. Ao final de 2016, nós deveremos ficar com 120% da receita corrente líquida e nós vamos ficar com bem mais do que isso, próximo de 200, na faixa de 190. Então, isso é um problema para nós, do ponto de vista das resoluções do Senado Federal. Então, o grande impacto dessa renegociação não se dará neste Governo, mas nos próximos governos e será importante para a Prefeitura.

Essa é a trajetória da dívida. Por mais que tenhamos pago aqueles montantes que já mostramos, mais de 20 bilhões de reais em amortização e juros, a nossa dívida continua crescendo e não conseguimos reduzir nosso nível de endividamento.

Voltando ao *slide* anterior, aqui mostra hoje a nossa dívida, a trajetória em que deveríamos estar hoje – deveríamos estar em torno de 45 bilhões – e lá no final de 2016, mantidas as condições de hoje, deveremos estar com 42 bilhões. Estamos com 67 e não temos perspectivas de reduzir sem uma mudança nos critérios de cálculo e saldo devedor da dívida.

Já pagamos algo em torno de 1,1 bilhão e foram transferidos para resíduo mais de 2 bilhões de reais.

Senhores, isso é o que eu tinha a apresentar. Estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Perfeito, Secretário. Eu gostaria de avaliar a questão do ICMS. Qual foi o resultado do Governo do Estado com relação ao ICMS? O que houve com a receita de ICMS no Estado de São Paulo?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – O Mamerto pode nos auxiliar com os dados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço que ele se sente ao seu lado para assessorá-lo. Em cumprimento ao art. 9º, V.Sa. tem toda a liberdade de se socorrer dos dados técnicos.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – O Mamerto é o chefe da Assessoria de Planejamento. A arrecadação de ICMS pelo Estado não está indo mal. Aqui existem duas questões estatísticas importantes. Primeiro, a transferência de 100 milhões de reais que recebemos no final de 2013 e que poderia ser recebida no começo de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Foi antecipação?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Não, foi um efeito ao qual chamamos “efeito calendário”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Apesar de não ter sido antecipação, contabilizou-se como entrada antecipada?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Não, ela foi contabilizada como receita de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem, mas ela deduziu de 14?

R – É, ela deduziu de 2014. O ano de 2014 ficou sem os 100 milhões de reais, o que já afeta alguma coisa.

P – Vamos imaginar que fosse mantida em 2014 essa quantia de 100 milhões. O percentual iria a quanto?

R – Na verdade, o impacto seria de 100 milhões a menos e 100 milhões a mais, seriam 200 milhões. Teríamos um crescimento nominal de quase 10%.

P – Então, está detectada a causa. Não é um comportamento atípico do ICMS, como o senhor alegou na inicial. O Estado, como seu recado deixou estranho, na verdade, está indo bem. Seria mais 10%. A curva de comportamento do ICMS do Estado, como um todo, está razoável. Na verdade, apesar de o senhor dizer que “não”, houve uma espécie de ARO. Não foi ARO porque foi pago no orçamento seguinte. Contabilizou-se em 13, mas debitou-se em 14. Descontou, não é? Pagamos em 14, na verdade. Aí é que deu essa diferença. Inflou 13 e apertou 14, é isso, Secretário?

R – Isso. Exatamente. Inflou 13 e apertou 14.

P – IPVA: teve 5,61 de crescimento. Os senhores haviam dito aqui, em outras reuniões, que, devido ao fato de a inspeção veicular estar em andamento, que seria uma desgraça, que haveria uma queda muito grande. Mas, anda assim, subiu 5,61. O Secretário disse que o IPVA vai espantar carros para os municípios vizinhos, e nós acreditamos nisso. Agora, se olharmos o comportamento da curva aqui, não mudou nada, não é, Secretário? Aliás, só houve um ponto atípico aqui em 2013. Em 2012, foi 7. Quer dizer, 2,32, agora está em 5,60... A mudança não impactou tudo isso, não é, Secretário?

R – Temos alguns gráficos que mostram que sim, que impactou, porque...

P – Onde estão esses gráficos?

R – Eles não estão aqui na apresentação, mas houve um descolamento entre o registro de novos veículos da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo. A curva de novos registros sempre seguia um pouco menor do que a curva do Estado, entretanto, seguia bem colada. A partir da implantação da inspeção veicular, houve um descolamento.

P – Os veículos licenciados em São Paulo nos últimos 5 anos: como se comportou essa curva? A curva dos anteriores não importa.

R – Nos últimos 3 anos, houve um descolamento. Temos aqui o gráfico.

P – Peço que passe esse material para nós depois. Boletim de Transparência Fiscal.

R – Sim, passarei aos gabinetes dos Vereadores.

P – Eu não recebi. Então, o senhor está me dando este aqui e aceito. Obrigado.

R – Com relação ao ICMS, só retificando, o crescimento está em torno de 7%.

P – Secretário, estou vendo aqui no pé da curva de 2012 uma pequena queda. Em 13, voltou a subir novamente.

R – Isso. Voltou a subir a partir do último trimestre. Foi quando houve as modificações aprovadas aqui na Câmara de Vereadores no ano passado. Então, o registro de novos veículos voltou a subir, o que achamos que vá, a médio prazo...

P – O primeiro trimestre de 2014 como está?

R – O primeiro trimestre está mostrando a mesma tendência do final do ano passado: estamos tendo mais registros do que o Estado de São Paulo.

P – Quer dizer que voltamos a crescer?

R – Voltamos a crescer.

P – Ou seja, vamos entupir as ruas de carros do mesmo jeito, só que com a placa de São Paulo, é isso, Secretário?

R – Exatamente. É uma análise subjetiva, mas acredito que não vai mudar em nada a quantidade de veículos transitando na Cidade.

P – Apesar de sermos conservadores, Secretário, entendemos que a Prefeitura tem alguns bens que devam ser alienados. Quanto à alienação de bens, vimos, em 2012, um valor de pequeno significado e depois, não se vendeu mais nada. Então, temos uns ativos que, na verdade, não são tão importantes para a Prefeitura. O que está acontecendo com a alienação de bens?

R – Com relação a 2012, vale fazer uma ressalva. Existiu uma antecipação contábil, diferente da classificação que hoje estamos realizamos e que acordamos com o Tesouro Nacional. A alienação de CPAC foi contabilizada como alienação de bens em alguns momentos. Hoje pactuamos com o Tesouro que faríamos essa contabilização como “outras

receitas de capital”.

P – O que me parece que, contabilmente, seja mais correto.

R – Sim. Então, dentro desse 1.8 bilhão para 2014 que esperamos de “outras receitas de capital”, uma parte bem significativa disso virá da alienação de CPAC. Com relação à alienação de bens em 2014, temos sim algumas expectativas. Temos programado um pouco mais de 1 bilhão de reais, que pretendemos alienar. Não só imóveis, mas temos também a operação financeira, que já estamos trabalhando e que foi aprovada por esta Câmara de Vereadores: a alienação dos créditos, dos recebíveis da Sabesp via FMSAI e também a questão da folha de pagamento. São os nossos principais itens de alienação.

P – Pela oportunidade, eu já dizia naquela questão da Sabesp - o senhor deve se recordar – que não dependia de nós. Agora o senhor me dá razão.

R – Sim, claro.

P – Eu dizia: “Não dá para negociarmos, não depende de nós. Nenhum banco compra esse ativo sem anuência da Sabesp, ela tem de anuir”.

R – Aí, já não posso concordar.

P – Mas estou dizendo para o senhor. O banco não compra. O banco agora, depois do desconto que a Sabesp deu, o mesmo valor que o senhor pretendia vender, muda tudo. Eu dizia: “A Sabesp pode ofertar e não cobrar nada de ninguém, a qualquer momento, apesar de ser uma empresa de capital aberto. Mas, considerando que o acionista é o Governo do Estado, como vou negociar um título..?” Se o senhor fosse banqueiro, o senhor compraria esse título sem anuência do emissor? É porque tem de haver um valor, não um percentual. O senhor compra um valor. O senhor negocia um valor fixo anual, uma quota anual. Não um percentual de 7,5% ao ano, que nós vamos negociar. Nós estávamos negociando 300 milhões por ano. O desconto, pelo que estamos vendo com a crise da água, vai permanecer uns dois ou três anos para frente. Por mais que chova, a não ser que alguém faça um acordo com São Pedro e ele jogue um dilúvio ali na cabeceira da Cantareira, as ações da Sabesp, numericamente, no valor

de face, vão mergulhar. Eu não sou contra alienar, apesar do custo, mas eu tinha dúvida quanto ao valor. Eu dizia para o senhor, que, se eu fosse banqueiro, eu não faria isso. Eu não compraria sem os acionistas anuírem. Porque eu não posso vender algo que não me pertence. Existe um contrato, o ato é bilateral, então eu preciso que a outra parte se manifeste. Assim, acho pouco provável que os senhores logrem êxito. De qualquer maneira, há uma perspectiva de a Prefeitura alienar esse bem, que é um dos recebíveis que temos, assim como a folha de pagamento. Torço pelo êxito, mas o senhor sabe o quanto eu sou cético com relação a isso. Só mais uma curiosidade: nós fechamos 2013 pagando quanto ao IPREM? Ofertando quanto de receitas a maior do que a contribuição obrigatória ao IPREM? Quantos bilhões pagamos em 2013?

R – Vereador, não tenho esse dado de cabeça, mas acredito que seja algo em torno de 2 bilhões de reais, se não me engano. Esse dado está no livro.

P – Não, mas nós fechamos 2013 com dois.

R – Sim, o que nós pagamos. O que o IPREM pagou de aposentadoria com nossos recursos, que é fonte zero, fonte do Tesouro Municipal.

P – Sim, mas aqui é cobertura além da contribuição.

R – Exatamente.

P – Na verdade, fomos tapar o buraco a maior em quanto? Em dois bilhões?

R – Algo em torno de 2 bilhões. Vou conferir aqui...

P – Por que subiu tanto, se, no ano anterior, estava a 1,5? Por que foi para 2? O que houve? Meio bilhão a mais não é pouco. Quero observar esses dados. Vínhamos com 1.200, 1.400, 1.300... Foi para 2 por quê?

R – É, ele tem crescido bastante ano a ano. O que acontece? Como verificamos na tabela de “despesas de pessoal”, por exemplo, no começo de 2014, a despesa de pessoal ativo cresceu algo em torno de 9% e o inativo cresceu quase 20%. A receita do IPREM só vem das contribuições. As contribuições, patronal e servidor, têm relação direta com a folha de

pagamento dos ativos. Então, essa receita própria do IPREM está crescendo bem menos do que está crescendo a despesa do próprio IPREM. É uma despesa que não podemos... Enfim, não existe um ato do Poder Executivo para se reduzir essa despesa.

P – Mas nós vimos acompanhando isso, Secretário, e a projeção não dava um salto dessa monta. Estamos falando de um salto de mais de 30%.

R – Se você cresce uma despesa, como foi em 2014, em torno de 4 bilhões de reais, um crescimento maior do que aquele montante do que o recurso próprio dele, é natural que aconteça um crescimento superior da parcela que o Tesouro coloca.

P – Seu colaborador está aí e pode acrescentar algo. O Vereador Paulo Fiorilo está inscrito, mas antes eu gostaria de saber o motivo do salto e qual a previsão futura de comportamento para isso. O senhor tem a curva projetada. O senhor está apresentando um pulo de 30%, eu que vinha no APA, já estamos no APG, já. Aí, nós vamos dar um salto... Para onde vamos com isso?

R – É. O crescimento do IPREM...

P – Não que eu tenha nada... Eu quero saber o que vai acontecer com as finanças do Município e o que está acontecendo no Iprem. Estamos querendo entender o que está ocorrendo.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Bem, a primeira questão é com relação à previsão.

Com relação à previsão isso está em linha com o que temos previsto e realizado de previsão, tanto no Orçamento 2013, no Orçamento 2014, e no PPA e nas LOAS e LDOs que temos encaminhado.

Esse é um crescimento, de certo modo, previsível. Previsível porque? Por conta da expectativa da curva de idade e de possibilidade de aposentadorias dos servidores ativos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Trinta por cento ao ano?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Não, é que as pessoas que se

aposentam elas são pessoas que têm salários maiores do que as pessoas que estão entrando na carreira.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu entendi, Sr. Secretário. Nós demos um salto. Vinha com 1,5 e foi para 2? V.Exa. disse que fechamos com 2, ou o que V.Exa. falou carece de correção, de 1,5 bilhão para 2. Essa informação é importante para nós. É a curva de comportamento. Na outra ponta, isso é redução de investimento.

E eu pergunto: qual a política para fazermos frente junto aos aposentados e pensionistas e os funcionários. Precisamos de uma política para ter equilíbrio nisso.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - O que pode ser feito com relação à Previdência?

Com relação à Previdência, enfim, o Ministério da Previdência recomenda a adoção de duas providências. A primeira providência é a segmentação de massa e a segunda providência é a previdência complementar.

Enfim, não gostaria de responder por esse assunto, pois diz respeito à Secretaria de Planejamento e Gestão, mas tanto a segmentação de massa quanto a segmentação de massa com a previdência complementar, afetam, elas aumentam a despesa no curto prazo. Elas não reduzem a despesa no curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, gostaria que o V.Exa. me enviasse depois – se não tiver aqui, não tem problema – e peço que assuma o compromisso de mandar para nós, esse comportamento especificamente.

V.Exa. pode mandar para a comissão, por carta, até via internet, caso a assessoria da Câmara não esteja aqui.

Eu gostaria de ver o comportamento dessa receita, desse saldo e das modificações desses números. (Pausa) Não precisa fazer isso agora, Secretário. É uma sangria desatada, mas não é a informação que vai estancá-la.

Temos certeza que o Vereador Paulo Fiorilo também está curioso para saber o que

houve nesse comportamento de pagamento. Isso sai na ponta de investimento, Sr. Secretário, ou estou errado? Mas isso é cota de investimento no outro lado. Se eu gasto mais e aumentei isso aí, é redução de investimento.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Ele entra no cálculo de despesa pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem. Mas o bom não muda.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - A Prefeitura de São Paulo, comparada com as demais prefeituras de grande porte, conseguimos poupar mais do que as demais Prefeituras. O que faz com que tenhamos um nível de investimento inferior às outras Prefeituras é o nosso nível de endividamento.

Com relação às nossas despesas, apesar da Previdência, de fato - e concordo, assusta o número, nosso problema é até menor do que outros entes da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu até entendo, Sr. Secretário, mas já temos problemas demais com a dívida.

Se estou no partido do Governo, aqui na Câmara, e no Governo Federal, eu teria federalizado tudo quanto é crédito que tenho aqui. Mas eu não entendo porque eles não fazem isso. Ninguém me responde lá, Secretário, Mantega, Dilma, Haddad, ninguém responde porque não federaliza todos os créditos que temos aqui.

Assim como federalizamos os precatórios, matriz dessa dívida toda aí. Estou errado, Secretário? Os precatórios são a matriz dessa dívida. Foi tudo federalizado. Por que não federaliza os créditos? Federaliza os créditos, pagamos à vista.

Passo a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Presidente. Tenho algumas perguntas, Sr. Secretário. Algumas podem até ser repetitivas, mas com outro enfoque.

Gostaria de começar com a Sabesp. Diferente do Vereador Milton Leite, não quero debater a questão da relação com os bancos, mas gostaria que V.Exa. comentasse com a

perspectiva de viabilização dos 330 milhões previstos, principalmente nesse momento em que a Sabesp vive uma situação atípica, ou dando os descontos, ou racionando, ou agora, com a perspectiva de multar quem gasta mais.

A Secretaria tem uma análise dessa situação com relação aos recursos previstos da cessão por fundo?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Sim, temos acompanhado muito de perto que tem acontecido.

Acreditamos que a despesa, desculpe. Acreditamos que essa operação vai envolver algo em torno de R\$ 300 a 360 milhões.

A Sabesp repassa para a Prefeitura de São Paulo 7,5% da sua receita, que dá algo em torno de 350 milhões/ano. Portanto, se é uma operação de 5 anos, 360 milhões não é um valor tão grande comparado com o fluxo aqui, enfim, que é o respectivo fluxo decorrente dessa transferência que estamos cedendo. São 360 milhões *versus* 350 milhões ano, vezes 5.

O que entendemos com essa crise que está acontecendo na água é que ela, de fato, deve afetar a arrecadação da FMSAI em 2014, talvez em começo de 2015. Mas não afeta a operação.

Qual é o *status quo* dessa operação hoje? Vou comentar com os senhores até onde posso comentar, pois estamos em período de silêncio.

O SR. PAULO FIORILO – Silêncio obsequioso ou não?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - O silêncio é a legislação de mercado de capitais que nos exige. O que posso comentar é que, nesse momento, demos entrada na CVM, no começo do ano e a CVM está analisando. Demos entrada com pedido de registro do fundo. Após o pedido de registro do fundo, com a aprovação da CVM, entraremos com pedido de registro da oferta pública. É o que posso falar com relação ao tema.

P - O senhor poderia falar o calendário, a expectativa de tempo? E a análise da CVM vai até quando?

R - Não sei lhe informar, enfim, não tenho controle sobre isso. Achemos que nos próximos..., enfim, vamos torcer, pelo menos estamos acreditando que nos próximos 30 a 60 dias temos uma resposta da CVM.

P - Isso, da CVM, 30 a 60 dias. E com relação à oferta pública?

R – Algo em torno de mais 2 meses talvez.

P – Mais 60 dias?

R – Sim

P – Então o que o V.Exa. está dizendo é: junho, julho, agosto, setembro, outubro.

R – Tentaremos adiantar esse cronograma, mas é algo que não depende só de nós.

P – Sei, depende da CVM.

R – Depende do órgão regulador.

P – Significa que isso pode não se viabilizar para 2014, nesse calendário que o senhor está colocando?

R – Temos forte expectativa que aconteça, sim, em 2014, e aconteça o mais próximo possível do meio do ano.

P – Do meio?

R – Do meio do ano.

P – Mas já estamos em maio.

R – Assim, lá para agosto. Agosto.

P – Agosto não é meio do ano.

R – Desculpe. Lá para agosto.

P – Mas, a conta que V.Exa. fez comigo não dá certo.

R – Setembro, outubro, sim. Eu estou...

P – Setembro, outubro, são mais 60 dias. A expectativa da Prefeitura é agosto?

(Pausa) Se for agosto, a CVM não pode gastar 60 e a oferta pública não pode ser mais 60. Se

não, não vai dar tempo.

R – O que acontece. O prazo trabalha numa banda. Estou lhe dando a posição mais conservadora. A posição mais conservadora talvez demore.

P – Seria setembro, outubro.

R – Lá para setembro, outubro, mas é estamos envidando todos os esforços necessários para que aconteça antes.

Gostaria muito, e falo de um desejo meu, de que isso acontecesse em agosto.

P – Que acontecesse em agosto. Isso significa que temos de acompanhar de perto, porque podemos não ter esses recursos entrando em 2014 na rubrica alienação de bens, é isso.

R – Acho baixo esse risco.

P – Baixo? Ok. Vamos acompanhar de perto.

R – Até porque, Vereador, se, enfim, isso é uma questão de fluxo de caixa, quer dizer, o recurso entrando em 2014, entra em nossa execução de 2014, eu posso trabalhar dentro do meu próprio fluxo de caixa da Prefeitura.

P – Sei. O que precisa ver é se ele consegue entrar em 2014.

R – É, então, dependemos dos órgãos reguladores. Eu acredito muito, mas não posso dar certeza.

P – Claro, tem de trabalhar com isso. Eu entendi.

Secretário, com relação às receitas de Cepac. Poderia fazer uma análise, V.Exa., já fez uma observação, mas poderia ampliar essa questão, o que está acontecendo com relação ao Cepac? É um problema com a votação do Plano Diretor? O que V.Exa. avalia?

R – O Cepac, nos próximos... acredito que a emissão mais próxima seja Água Branca e... (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Água Branca, Água Espriada, Faria Lima.

O SR. PAULO FIORILO - Tem Faria Lima, Água Espraiada, depois tem Água Branca.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Sim, tenho aqui: Faria Lima, Água Branca e Água Espraiada. Basicamente três.

O SR. PAULO FIORILO – São três? Tinha quatro.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Principal é Água Espraiada; Água Branca menos, em torno de 200; Faria Lima 50.

O SR. PAULO FIORILO – O senhor acha que, então, essa questão deve começar a acontecer agora?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Sim. Entendemos que pode ser que se espere um pouco, a questão da aprovação do Plano Diretor, mas, fora isso, seguimos com a emissão de Cepacs. Pelo menos essa é a expectativa da SP Urbanismo e da SMDU.

P – Vamos falar só um pouco da Água Espraiada. Tem 375 milhões arrecadados. Esse baixo volume também está ligado a alguma questão de mercado, do Plano Diretor, qual é sua avaliação na questão da Água Espraiada.

R – O número que V.Exa. está dando diz respeito a que?

P – É a respeito de arrecadação.

R - É emissão de Cepacs de anos anteriores ou a arrecadação de 2014?

P - Deixe-me ver. Acho que é o Orçamento de 2014. Já falo com V.Exa. (Pausa)

Água Espraiada, 2014, até abril. Não é isso?

Realizada no mês 375, realizada até... é o boletim de receita em abril. É isso?

(Pausa) R\$ 375.603,97.

R – Trezentos e setenta e cinco mil, não é?

P – É, mil.

R – Sim, sim, não, isso é outorga onerosa.

P – Como?

R – Isso é outorga, não é Cepac.

P – Na Água Espraiada?

R – É. Isso não é emissão de Cepac.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS - Ou rendimentos de aplicação financeira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO – Vamos checar depois. Não, mas, aplicação.

Na conta investimento, o valor atualizado é de dez bilhões, 10.1, contra o empenhado, até abril, de 1.5, é... 15%. O senhor tem uma avaliação com relação à execução, o que tem acontecido? (Pausa). É a questão do investimento e da execução, do que já foi empenhado até abril.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Sim. Empenhamos, enfim, liquidamos 592, empenhamos um pouco mais do que isso. A nossa expectativa é algo em torno de 10 bilhões. Esse é o que está no Orçamento, acreditamos que deva chegar pelo menos bem próximo disso a execução no restante do ano. É claro que para investimentos precisamos de recursos federais. Já assinamos o suficiente para fazer frente a boa parte disso.

O SR. PAULO FIORILO – Agora, isso vem se realizando? Porque percebemos que até março o valor era baixíssimo. Em abril, melhorou um pouco. Qual é a expectativa da Secretaria?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – A expectativa é que cheguemos a bem próximo do número que colocamos no Orçamento. Que ele se acelere bastante ao longo do segundo semestre.

P – Tenho mais quatro questões. No item transferência de capital, o total previsto era de 5,9 bilhões. Somente 2,14 foram realizados. Quais são os principais impactos negativos? Onde eles estão localizados? V.Exa. poderia identificar?

R – Sim. Transferência de capital. Os quase 6 bilhões de reais que esperamos para o ano estão divididos meio a meio em transferências intergovernamentais e transferências de convênios. Enfim, o que entrou este ano foi basicamente repasse da União e o repasse da receita da Sabesp FMSAI, que entra como transferência de convênio. Essas transferências intergovernamentais, principalmente da União, estão praticamente todas assinadas com o Governo Federal. Então, o recurso vai entrar à medida que a obra evoluir. Temos grande expectativa de que esse recurso entre, porque está assinado, e as pessoas começaram a trabalhar. Se não entrar até o final deste ano, pode ter um carregamento para o ano que vem, mas o recurso entra, porque já está assinado com o Governo Federal.

P – Qual tem sido o repasse do Estado?

R – O repasse do Estado é, principalmente, o FMSAI, o da Sabesp, que entra como transferência do Estado e de suas empresas.

P – Tem se realizado?

R – Ele tem se realizado normalmente. O impacto do desconto que está sendo dado na conta e a redução do consumo ainda não foram percebidos nas transferências, deve ser percebido nas próximas.

P – Aqui, nas principais receitas correntes, o fundo deve ser o fundo municipal FPM, não é? O valor repassado de 2014 é o menor, comparado 2011 e 2012. É menor 5%, mas há uma explicação para isso? Página 4.

R – Não, ele tem crescido, sim.

P – Mas na comparação com os anos 2011 e 2012, 21,5. É isso?

R – 13 e 12? É isso?

P – É, e o outro 15,2. Então, diminuiu.

R – É, o percentual.

P – Eu olhei o percentual. Posso ter... O percentual está errado?

R – Não, foi 15% de crescimento.

P – Cresceu 15 e no outro cresceu 21. Não é isso? Cresceu menos do que o ano anterior.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Na verdade, o que acontece é que há uma oscilação nesse fundo no valor da cota e houve uma mudança em 2011 com relação a 2010, que acabou tendo essa variação negativa em 2012. E depois, em 2013, o índice voltou ao normal, e como se tinha uma base muito baixa no ano anterior, deu esses 21%. Agora está no ritmo normal.

P – Entendi. Secretário, V.Exa. falou do saldo restos a pagar consolidado. Há 509, é isso? Temos a questão do Itaquerao, SID, é isso? Foram empenhados, se não estiver enganado, 349 milhões ano passado.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Exatamente.

P – Esses 349 milhões estão nos 509?

R – Sim, são restos a pagar.

P – E quanto a esses 349 milhões, há recursos já separados do Orçamento passado?

R – O recurso está separado. Exatamente.

P – Então, não compromete o recurso deste ano?

R – Não, não compromete.

P – Ele está só esperando iniciar a Copa para poder...

R – Após o jogo inaugural, os certificados estão prontos para fruição.

P – Qual é a situação hoje desta questão? Está equacionada, há alguma questão pendente ainda ou, a começar a Copa, eles passam a ser comercializados?

R – Vereador, vou falar sob o ponto de vista da Prefeitura. Existe uma lei anterior à nossa gestão que concede o incentivo fiscal. Ou seja, o investidor, cumprindo os requisitos necessários a receber o incentivo fiscal, ele tem direito a recebê-lo. Isso foi feito. Ele recebeu o incentivo fiscal porque cumpriu os requisitos e a lei fala que, se ocorrer o jogo inaugural da

Copa, no Itaquerão, quem tiver a posse dos títulos, dos certificados emitidos, poderá fruir esse certificado pagando tributo. Então, é como se fosse uma condição suspensiva desse direito de fruição. Ocorrendo o jogo da Copa, eles poderão fruir. Se eles apresentarem esse título na Prefeitura, nós iremos fazer o pagamento do tributo. Estamos prontos para isso. Sob o ponto de vista da Prefeitura, não há nada, absolutamente nenhum problema.

P – O senhor disse sob o ponto de vista da Prefeitura porque do ponto de vista do outro pode...

R – Desconheço.

P – O senhor falou “do ponto de vista da Prefeitura...

R – Eu quis deixar bem claro.

P – Eu queria saber se há outro ponto de vista.

R – Deve ter, mas eu não...

O SR. PAULO FIORILO – Vou conceder aparte ao Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só uma coisa: qual a expectativa da liquidação desses títulos, que eles venham aparecer na boca do caixa para liquidar? Na prática é isso? Apareceram os títulos...

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Vai pagar o tributo. Em vez de apresentar dinheiro, vai apresentar o certificado. Para nós, da Prefeitura, é indiferente. Por quê? Porque já empenhei, já executei o orçamento, e o dinheiro já está guardado. Se ele vier no dia seguinte da Copa, não faz nenhuma diferença.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Os papéis já foram emitidos?

R – Os papéis foram emitidos.

P – Foram sacados, estão aguardando o cumprimento da lei.

R – Exato.

P – Se cumprir a lei...E quanto foi sacado?

R – Até o final do ano passado, um pouco mais de 370 milhões, se não me engano.

P – Quem são os principais sacadores? O senhor lembra?

R – Não, só há um investidor.

O SR. PAULO FIORILO – A Odebrecht?

R – O investidor é o fundo Arena.

O SR. PAULO FIORILO – Composto por quais empresas?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sacaram tudo, então?

R – As participações não sei exatamente.

O SR. PAULO FIORILO – Milton, quem participa? V.Exas que votaram...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa. tem alguma coisa contra o Corinthians?

O SR. PAULO FIORILO – Estou perguntando quem participa do fundo. V.Exa. votou, eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu votei a favor do “Fielzão”. Acho que está certo, Secretário, cumprimos o objetivo de termos a Copa do Mundo aqui.

O SR. PAULO FIORILO – Posso retornar?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. PAULO FIORILO – Só para concluir o restos a pagar, isso significa que a Prefeitura tem 160 milhões de restos a pagar. Os outros 349 estão dependendo de ter ou não o jogo. É isso? Se vai começar ou não vai começar.

R – Sim.

P – V.Exa. falou em superávit 2013. Qual é o valor do superávit da Prefeitura, a referência que o senhor fez, que isso possibilitou que a Prefeitura tivesse ações já importantes no começo do ano?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E só uma curiosidade: votamos e nem nos convidaram para o jogo inicial. Nem consegui comprar ingresso. Não queria que me dessem. Eu queria conseguir comprar ingresso para ir para o jogo de abertura da Copa do Mundo. Nem

isso nós conseguimos aqui porque...

O SR. PAULO FIORILO – O Presidente está fazendo uma crítica aqui com relação à questão dos ingressos.

Secretário, para terminar o debate do ICMS, que o Vereador Milton Leite levantou no início, a minha outra questão é com relação aos índices que vem sendo repassados. A gente percebe que há uma diminuição nesses índices, se comparar 2011, 2012, há uma comparação negativa. Do ICMS os índices que o município tem obtido para o repasso. Por exemplo, em 2011, 22,7, 2012, 22,6, tem uma diferença de 0,66, uma queda. Eu não tenho aqui 2013, mas essa é uma questão que me trouxe curiosidade. O índice também está diminuindo do repasse?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Está diminuindo. De 2013 para 14 a gente não teve nenhum grande impacto, mas realmente esse índice está diminuindo. A principal variável é a quantidade de valor agregado que a cidade de São Paulo produz com as atividades que geram ICMS, esse é o principal item. Enfim, o Estado de São Paulo está se desenvolvendo em algumas outras áreas e São Paulo está aumentando sua vocação para serviços.

O SR. PAULO FIORILO – Isso significa que há uma diminuição?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Há a diminuição mesmo. Nós temos muita preocupação com isso. Criamos no final do ano passado uma área só para ficar tratando sobre esses itens e a gente pretende atrair alguns segmentos para São Paulo, para ver se aumenta esse índice.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, com relação aos inativos. Na tabela que o senhor apresentou há um crescimento dos inativos nos últimos anos, 14,8, depois, 2012, 14,1 e chegamos a 20,1. Eu ouvi na explicação que o senhor deu que as medidas que poderiam ser adotadas a curto prazo não resolveriam o problema, resolveriam daqui a 20 anos. Mas se não adotarmos as medidas necessárias, nós não resolveremos nem a curta e nem a longo. Qual é

a opção que a Prefeitura tem? É a Secretaria de Planejamento que está discutindo isso?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Eu peço desculpas. Realmente é a Secretaria de Gestão e Orçamento, à qual o IPREM está vinculado. Obviamente a Secretaria de Finanças participa e opina com relação às soluções que possam ser feitas ao IPREM, mas realmente não tenho como comentar aqui.

O SR. PAULO FIORILO – Eu gostaria de sugerir ao Presidente que a gente pudesse marcar um debate específico sobre essa questão dos inativos com Sempla, principalmente por conta desse crescimento já discutido aqui e dos índices que a gente apresentou, para discutir especificamente isso, só.

Por último, Secretário, a questão do ISS. Na questão das receitas. Nós acompanhamos ao longo do ano passado toda a polêmica com relação à máfia do ISS. A expectativa de arrecadação, se a gente comparar, não há um crescimento grande. É possível identificar o que tem acontecido? Por exemplo, vocês conseguiram impedir que vazasse ou que mais recurso fosse drenado para a corrupção? E esses recursos estão de fato entrando no caixa da Prefeitura? Qual é a avaliação de vocês com relação a esse item?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Antes eu gostaria só de lhe responder, Vereador, com relação ao superávit de 2013. Com relação à fonte zero, que é a fonte própria Tesouro, foi algo em torno de 260 milhões de reais. Se incluir os recursos vinculados, ou seja, operações urbanas, vinculado à educação, à saúde e tal, ela soma a esse valor mais 3,5 bilhões. Só que esses 3,5 bilhões são recursos vinculados que a gente não tem nenhum tipo de discricionariedade para mexer neles.

O SR. PAULO FIORILO – Claro, vinculado, que seria um total de 3,7 bilhões.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Seria algo em torno de 3,7, exatamente.

O SR. PAULO FIORILO – Nesses 260 milhões estão incluídos restos a pagar ou não?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Não. Eles entram na conta de 2014. Eles entram como receita. Eles voltam para o orçamento.

O SR. PAULO FIORILO – Então aqueles 509 milhões voltam para cá?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Os 509 estão sendo utilizados se movimentar o orçamento de 2014.

O SR. PAULO FIORILO – E tem recursos de 2013 que entram em 2014. Fora os 260 de superávit?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Isso.

O SR. PAULO FIORILO – Então a gente teria 700 e trá-lá-lá porque tem os 509. É isso?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – É isso. Mas comprometido, até porque você tem despesas dos exercícios anteriores.

O SR. PAULO FIORILO – Uma parte com restos a pagar e essa parte que é o que não tinha compromisso, os 260 milhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Dr. Paulo, quero agradecer a sua presença entre a gente. Um comentário, com relação ao ICMS, apesar da explicação que o senhor deu ao Vereador Milton Leite, da diferença dos 100 milhões, pelo que tinha visto da arrecadação do ICMS do Estado como um todo, proporcionalmente, parece que o município perdeu receita através de ICMS. Isso se deve, certamente, por conta de perder empreendimentos que são contribuintes do ICMS que sejam dentro do município de São Paulo, que é uma grande preocupação minha, eu já falei em outras vezes. Eu particularmente vejo a Secretaria de Finanças um pouco inerte com relação às políticas públicas da cidade num todo. Estamos discutindo o Plano Diretor e não vejo a Finanças vir discutir. E isso vai influenciar diretamente,

porque o que está se propondo para cidade atinge diretamente a questão do ISS, do ICMS, a questão dos corredores atinge diretamente o ISS e o ICMS. Eu acho, Dr. Paulo, você que é uma pessoa bastante ativa, que a Finanças tinha que vir para esse debate da cidade. Está muito claro para a gente que se a gente continuar perdendo receita de ICMS e ISS a gente vai entrar num colapso financeiro terrível e eu não quero ser chato, mas está desconectada, pode ter certeza disso, as ações de política pública da cidade com a questão de finanças, se pensando muito em sair, tem que sair, tem que fazer CRAS, tem que fazer UBS e não se pensa no que está entrando. Do jeito que está mexendo a cidade como um todo atinge, estamos colocando HIS em área industrial, estamos perdendo lá em Santo Amaro a Prada que gera mil empregos e a Prada indo embora vão mil empregos embora e vai a arrecadação do ICMS embora. Eu acho que vocês precisam dar uma chacoalhada ai. Eu tenho procurado falar, falar e vejo o Marcos Cruz um pouco preocupado com as contas e não vendo essa questão de um futuro muito próximo de que tudo que está se mexendo na cidade envolve a questão do comércio, das empresas que são os grandes geradores de receita para a cidade. Eu acho importante nas próximas apresentações a presença.

Por exemplo, a questão do ICMS, até para nossa assessoria, em especial, a gente tinha que ter um comparativo com a receita do Estado. Só assim a gente vai conseguir fazer uma análise. Se a gente não tiver esse comparativo do Estado com a Prefeitura fica inócua a nossa avaliação.

Com relação aos títulos da Sabesp, eu compraria sim porque quase cinco bilhões de dividendos para os investidores de 2013 a 2013, sem investimento nenhum para poder não faltar água, acho que é um bom título, é uma companhia que pensa muito no investidor e pouco na população. A minha pergunta e a seguinte: dos 330 milhões está previsto algum deságio, se a gente conseguir realmente colocar os títulos para venda?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – A previsão é algo em torno de 300 a 360 milhões de reais que a gente vai fazer a cessão. É claro que esse é o valor da

cessão, o valor que eu vou receber pela venda do ativo. O valor de face do ativo que será vendido ao longo dos cinco anos é maior do que esse, obviamente por conta da questão do valor do dinheiro no tempo. Enfim, 360 milhões aqui hoje não é a mesma coisa do que 360 milhões diluídos ao longo de cinco anos. Então o montante é maior. Qual vai ser a taxa de deságio dessa operação? Eu não tenho como lhe responder porque vai depender do mercado na época da operação e de uma série de outros fatores, a forma de estrutura da operação, do risco de crédito, que é o risco da própria Sabesp, como o senhor comentou.

O SR. RICARDO NUNES – Mas a Prefeitura vai condicionar alguma trava?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Quando nós estivermos prontos para ir a mercado e vamos fazer a operação conforme o mercado faz, tem toda uma chamada de investidores, tem uma análise de preço das propostas. É claro que se as propostas vierem fora dos preços praticados pelo mercado nós temos a faculdade de não realizar a venda. Então a gente sempre mantém essa possibilidade, claro.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário Antonio Paulo, aqui nas despesas correntes a gente tem um custeio do pessoal, encargos, aumentou 12,5%. Aqui na Casa ontem, nós recebemos a Associação dos Engenheiros e Arquitetos, os professores em greve, existe uma proposta do Serviço Funerário entrar em greve. Esse aumento de 12,5% relativo ao ano anterior, que era 6,7, por que se deu esse aumento? Porque a gente não tem percebido assim a Prefeitura dando...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, eu vou interromper por um minuto, e vou suspender a sessão extraordinária por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou abrir a sessão que tem limite regimental.

Reabro nesse momento a audiência pública em cumprimento ao artigo 9º. Devolvo a palavra ao Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente. Então, houve um aumento de 6,7 para 12,5 de pessoal e encargos. Proveniente do que isso aqui? Houve alguma categoria que teve aumento?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Ao longo de 2013 e com impactos completos a partir de 2014, destaco dois itens que tiveram mais impacto. O pessoal da educação teve aumento na faixa de 13% e diversas carreiras de ensino básico e médio tiveram aumentos que em alguns casos chegaram até 60%. Esses foram os dois principais impactos que ocorreram para o crescimento de algo em torno de 9% dos ativos e 20% dos inativos.

O SR. RICARDO NUNES – A gente está numa discussão enorme com vários setores do funcionalismo público pleiteando aumento, Guarda Civil Metropolitana. Então tem margem para atender?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Eu vou responder apenas sob o ponto de vista de Finanças, a Secretaria de Planejamento está conduzindo essa negociação com as categorias. Sob o ponto de vista da Secretaria de Finanças a gente tem que, enfim, tomar muito cuidado com a expansão da despesa corrente, seja qual for ela. A gente realmente precisa e está num esforço muito grande para aumentar o nível de investimento na cidade.

O SR. RICARDO NUNES – Para não me estender demais, aqui nas despesas correntes, a gente percebe que assistência social teve uma diminuição de 5,3%, segurança pública 19,4%, em detrimento de outros setores, como transporte que teve aumento, educação, saúde. Por que assistência social e segurança pública, em especial, tanta redução? Existe uma questão política nesse processo aqui, porque...

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Eu, enfim...

O SR. RICARDO NUNES – O Filippi tem bastante investimento, o Tatto, agora tem outros setores que cai.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – A assistência social está

sendo feito um trabalho de se aumentar quantidade de recursos que vem do Bolsa Família que não transita pelo orçamento. Segurança pública eu não tenho como lhe responder agora, não estou com as informações aqui, mas acredito que um dos impactos seja a Operação Delegada, mas preciso verificar.

O SR. RICARDO NUNES – Não é nada contra a Secretária Luciana Temer e o Roberto Porto, isso aqui é uma coincidência?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Nada contra. Pelo menos de Finanças.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura. Tenho mais uma pergunta, mas vou passar a palavra.

O SR. AURELIO NOMURA – Agradeço a gentileza de V.Exa. Quero cumprimentar os Vereadores aqui presentes, dar um bom dia a todos que nos assistem, cumprimentar o Secretário Adjunto Antonio Paulo Vogel de Medeiros, o representante do Tribunal de Contas do Município, Sr. Gláucio Teixeira Tavares.

A primeira pergunta, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na seção IV, Da Execução Orçamentária e do Cumprimento de Metas, estabelece no seu artigo 8º, parágrafo único: “Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objetivo da vinculação, ainda que em seu exercício diverso daquele que ocorreu o ingresso”, porém, na planilha de execução orçamentária referente ao mês de maio, portanto, este mês, observamos que na fonte 2 Federal, o orçamento inicial aprovado por esta Casa foi de 5,113 bilhões de janeiro a 27 desse mês, o valor inicial aprovado foi anulado, ou seja, transferido para outras dotações 587 milhões. Pergunta: para onde foram direcionados esses recursos?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Essa anulação ela é apenas orçamentária, não se está descumprindo o artigo 8º, parágrafo único da Lei de

Responsabilidade Fiscal, pois os recursos vinculados são utilizados apenas para a destinação da sua vinculação. Foi uma das razões de termos recursos em caixa, por exemplo, que dizem respeito à arrecadação que houve de Cepac que está se aguardando a utilização nas operações urbanas, é apenas uma movimentação orçamentária, não significa em absoluto que está sendo utilizado recurso vinculado para outra destinação.

O SR. AURELIO NOMURA – Secretário, eu gostaria que o senhor detalhasse melhor a utilização desses valores, mesmo porque isso, a não especificação, contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Enfim, Sr. Vereador, eu não estou com essas informações aqui, não tenho como lhe responder no momento. Mas, lhe garanto que não é transferência de recurso vinculado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, gostaria de fazer um requerimento para que a Secretaria respondesse o detalhamento da utilização desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, é regimental o requerimento de V.Exa. Basta, porém, que observemos a forma regimental de apresentar o requerimento. V.Exa. poderá fazê-lo logo em seguida, manuscrito, ainda que o seja, na reunião ordinária das 11 horas. Apresentaremos e enviaremos o requerimento à Secretaria, que terá prazo para responder devidamente.

Essa é uma reunião extraordinária, é uma audiência para uma oitiva em cumprimento ao artigo 9º. Então, se for oportuna, caberá na nossa reunião ordinária das 11 horas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Farei o encaminhamento, porque na realidade a não resposta também e a falta de detalhamento por falta de documentos, segundo o Secretário nos disse, há a necessidade de termos esse detalhamento para fazer a análise desses documentos.

Na planilha de execução orçamentária o Orçamento inicial aprovado pela Câmara

foi de 383 milhões. De janeiro a 27 de maio, último, esse valor foi transferido para as outras dotações, o equivalente a 20 milhões. Pergunta: para onde foram direcionados esses recursos?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Bem, Sr. Vereador, eu repito a resposta do item anterior. Eu não tenho esses detalhamentos aqui, são decretos feitos ao longo do exercício e são para várias dotações. Enfim, eu não tenho essas informações aqui.

P – Gostaria até de mencionar, vou fazer também novamente esse requerimento, porque a lei municipal não pode sobrepor à lei federal como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bom, a próxima. A atual Administração tem dito em todas as oportunidades que vem reduzindo as despesas correntes. Porém, de acordo com o sistema orçamentário financeiro, na posição do dia 12 de maio, verifica-se que as despesas correntes na verdade têm aumentado todos os anos. De 2013 para 2014, as despesas correntes aumentaram 8,1%. E de 2012 a 2014, em dois anos, o aumento foi de 33,9%. 33,9%. Pergunta: gostaria que mostrasse concretamente onde a atual Administração se baseia para afirmar que tem reduzido as despesas correntes.

R – Okay. Bem, com relação a 2012 e 2013, como divulgamos em várias oportunidades, a despesa corrente - nós conseguimos segurar o crescimento da despesa corrente – cresceu menos do que as receitas correntes em 2013. O ano de 2014, nós estamos ainda no início de 2014, tivemos um crescimento da despesa corrente no primeiro quadrimestre na faixa de, enfim, de 15%; realmente maior do que a receita corrente. No ano de 2014 esse crescimento foi impulsionado principalmente pelas questões de despesa de pessoal e principalmente de outras despesas correntes, principalmente expansão dos serviços de saúde. E essa expansão dos serviços de saúde foi puxada bastante pelos recursos federais.

P – Na realidade mostra que as despesas correntes não é verdade que têm diminuído. A outra pergunta: gostaria que me explicasse o que está acontecendo com os

recursos empenhados para diversas secretarias. Por exemplo: a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras teve uma redução de 20,1% dos recursos empenhados comparando abril de 2013 com abril de 2014. A Secretaria Municipal de Habitação teve uma redução de 35,3% comparado no mesmo período. A Secretaria do Verde de do Meio Ambiente teve uma redução de nada menos do que 40,3%. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, nada menos do que 47,3%, no total nada menos do que 14 secretarias. Digo, 14 secretarias tiveram uma redução do valor empenhado, comparando de 2013 a 2014. Pergunto: qual o motivo para ocorrer essas reduções?

R – Sr. Vereador, nós não enxergamos dessa maneira. Não acreditamos que esteja havendo redução. A análise que tem que ser feita é por função. Nós temos aqui números como: função de saúde, crescimento em 2014 em relação ao mesmo período de 2013, de janeiro a abril, de mais de 30%; de mais de 2% na educação; de 6,5% no transporte; 14% na função urbanismo; 34% na cultura. Então diversas áreas que estamos expandindo em relação ao período anterior. Dentro das nossas limitações orçamentárias e as áreas, enfim, que estão demandando mais recursos, a gente está disponibilizando.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, esse crescimento que o senhor falou, vou retomar só para complementar a pergunta do nobre Vereador Nomura. Esse crescimento que V.Sa. menciona se dá em relação a 13? E a 12?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – Em relação a 12 também.

P – Não, o senhor falou a 13.

R - Eu não estou com os números aqui, mas nós temos expandido. Por exemplo, a despesa com o percentual gasto com educação e saúde foi maior em 2013 do que em 2012.

P – Percentual é uma coisa, valores numéricos e crescimento é outra. Cumprindo a Lei de 31% não quer dizer que os 31% sobre a receita sejam os mesmos. Daí a pergunta, em relação a 12, qual é o crescimento de todas as secretarias mencionadas? Se o senhor não tem também faremos um requerimento e a gente pode observar aqui. Isso até nem precisa, temos

condições de apurar aqui.

Devolvo a palavra ao Vereador Nomura para a conclusão, porque nós temos uma oitiva e limitadamente estamos no horário. Concluindo, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, como V.Exa. fará um requerimento com relação a essa questão – eu acho que não haveria necessidade de fazer o requerimento – mas é importante constatar que a redução exatamente nessas 14 secretarias é clara e demonstra que não há possibilidade, como o Secretário fala, que a educação teve um aumento assim, que a saúde teve um aumento assim, se as próprias secretarias demonstram que houve uma redução percentual. Está demonstrado aqui dentro do balanço. Então, essa questão infelizmente também não foi respondida, o motivo dessas reduções. É uma coisa que tem de ser questionada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Secretário, precisamos encerrar. Mas, olhando os números do Iprem, na verdade foram pagos 2,3 contra 1,5 bi; 13 versus 12. Então, nós apontamos em números redondos, 800 milhões de crescimento de um ano. Se continuarmos crescendo a 800, a 50%, vamos chegar em 2016, com uma conta de português, a 7,8 bi. O que é mais grave? Significa que eu tenho mais número de aposentado e faltando gente na máquina. Se eu abrir concurso e contratar nessa mesma proporção de aposentados, os investimentos da Prefeitura em 2016 ou final dessa gestão não é culpa dessa, não é do Administrador. Ele não tem culpa de aposentar, é preciso deixar muito claro. Que culpa tem o Sr. Haddad ou quem quer que seja que tivesse no cargo do crescimento dessa monta? Não seria ele que impediria o crescimento. Não é o senhor administrador da vez que está provocando isso nem a Prefeitura paga mais do que o necessário.

Todavia, assusta essa curva de crescimento, a 50% que o senhor está dando. Foi 51,9%, 13 versus 12 e pelos extratos levantados aqui, que nós puxamos e que o senhor pagou até agora, o projeto é para 3,5. Eu estou mantendo 50% de crescimento, quer dizer, não sei

onde iremos.

Estarei aqui até onde Deus me permitir para assistir esse filme de terror com o povo de São Paulo. O povo de São Paulo que vai pagar essa conta nas ruas, nos postos de saúde, nas creches, tudo. Quando atingirmos, no final de 16, 7,8 bi atingiremos tudo, porque o comportamento da receita não fará frente a esse mesmo comportamento.

Só uma curiosidade para encerrar, Sr. Secretário, faremos requerimentos ao Iprem e depois os convidaremos oportunamente. Estou fazendo somente um comentário. Agora sim, uma pergunta: do resto a pagar consolidado, o senhor cancelou 623. O que aconteceu com esses cancelamentos, Sr. Secretário, 623 aqui, o senhor tinha saldos a pagar de 2.665; efetivamente 1.533 o senhor pagou e cancelou 623, quais as razões desses cancelamentos?

O SR. ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS – A gente define que até final de fevereiro - e muitas vezes a gente prorroga até meados de março - as áreas consigam dar sequência no processo de utilização da despesa e se façam a liquidação e o pagamento. Caso eles não façam a gente cancela. As razões para que não aconteça essa liquidação e o pagamento podem ser as mais diversas, como por exemplo, ele fez o empenho, mas o serviço não foi prestado. Houve alguma mudança, enfim, depende de cada área. O fato é que a gente dá um prazo para que eles façam. Se eles não fizerem, a gente tem que cancelar.

P – Mas o valor é pesado percentualmente, não é, Secretário, 600 em cima de 2,6? Ou seja, em cima do liquidado? Mais de um terço do efetivamente pago. É isso. É só uma observação que eu acho que aí sim compromete esse não realizado, não colocado, considerando que o senhor dá até fevereiro. O senhor mostra a ineficiência da máquina, que não está cumprindo os orçamentários, e o que é pior, valores devidamente empenhados. Quer dizer, estava tudo bonitinho para se realizar, estou certo, Secretário? Se tivesse realizado, o senhor teria pago.

R – É, porque é assim: pronto para realizar é com a liquidação, às vezes o produto não foi entregue.

P – Pronto para realizar o serviço. Na ponta lá estava pronto o processo. Concorda comigo? Estava pronto. Se chegasse, o senhor teria de ter pago, o que é estranho isso.

Concluo agradecendo a presença dos senhores, que muito gentilmente vieram debater os problemas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.
